Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS
Vol. 16 Nº 33, Jul - Dez de 2024
Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Do latino-americanismo ao pan-americanismo: a política continental mexicana da Doutrina Carranza à Revolução como "herança" (1919-1941)

From Latin Americanism to Pan-Americanism: Mexican continental policy from the Carranza Doctrine to the Revolution as a "legacy" (1919-1941)

Natally Vieira Dias*

Resumo: O artigo aborda a política continental do México na primeira metade do século XX. Inicialmente, explicitamos o forte caráter latino-americanista que a caracterizou desde o período revolucionário, tendo sido institucionalizado pela Doutrina Carranza (1919) e perpassado as duas décadas seguintes. Em seguida, mostramos como no imediato pós-cardenismo operou-se uma profunda transformação, representada pela adoção do pan-americanismo. Com base na análise principalmente de discursos e publicações oficiais do país hispânico da América do Norte, o estudo permite questionar uma reconhecida perspectiva dos estudos de suas relações internacionais, ao mostrar que a adoção oficial do pan-americanismo pelo México ocorreu em 1941, portanto antes da consolidação do poder estadunidense em escala mundial – ao fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945 –, o que é normalmente interpretado como um "óbvio" limitador da atuação externa mexicana, tendo em vista sua particular posição geográfica.
Palavras-chave: Política continental mexicana. Latino-americanismo. Pan-americanismo.

Abstract: The current article addresses Mexico's continental policy in the first half of the 20th century. Initially it highlights the strong Latin Americanist aspect that defined the mentioned policy since the revolutionary period, which was institutionalized by the Carranza Doctrine (1919) and prevailed throughout the next two decades. Subsequently, the present paper displays how, in the immediate post-*cardenismo* era, a profound transformation took place, represented by the adoption of Pan-Americanism. Based mainly on the analysis of Mexican official speeches and publications, this study allows us to question a well-known perspective on its international relations interpretation, showing that Mexico's official adoption of Pan-Americanism occurred in 1941, thus prior to the consolidation of U.S. power on a global scale – at the end of World War II in 1945 –, which is often viewed as an

* Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Professora Associada do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

"obvious" constraint on Mexican foreign actions, given its particular geographical location.
Keyword: Mexican continental policy. Latin Americanism. Pan-Americanism.

O presente artigo aborda o estabelecimento uma política continental de cunho latino-americanista por parte do México, a partir do contexto revolucionário iniciado em 1910, e sua transformação ao longo da primeira metade do século XX, desembocando na defesa do pan-americanismo, a partir de 1941. Nossa proposta é questionar uma reconhecida perspectiva dos estudos de suas relações internacionais, que apontam a consolidação do poder estadunidense em escala mundial – ao fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945 – como um "óbvio" limitador da atuação externa mexicana, tendo em vista sua particular posição geográfica. Com base na análise de discursos e publicações oficiais do país hispânico da América do Norte, explicitamos que a adoção oficial do pan-americanismo pelo México ocorreu em 1941, portanto antes da ascensão em nível mundial do poder geopolítico estadunidense.

O latino-americanismo do México revolucionário e a Doutrina Carranza (1919)

Abordar o tema da política continental do México no século XX envolve necessariamente remontar à Revolução de 1910, que impactou de forma decisiva a orientação da sua política externa. A partir de então, no âmbito continental, a atuação mexicana passou a se orientar com base na defesa do latino-americanismo, de forma contrária ao pan-americanismo proposto pelos Estados Unidos desde fins do século XIX.[1] Desde a década revolucionária e durante as duas seguintes, o país hispânico da América do Norte levou a cabo uma ampla política oficial de aproximação cultural com o restante da América Latina e, como mostram Alicia Azuela e Guillermo Palacios (2009), a diplomacia cultural tornou-se "uma característica paradigmática"[2] dessa política.

Atualmente o conceito de diplomacia cultural tem sido usado em referência aos mais diversos tipos de relações culturais envolvendo grupos, pessoas e

[1]A proposta estadunidense apresentou-se formalmente por ocasião da Conferência Internacional Americana – posteriormente batizada de Primeira Conferência Pan-Americana –, realizada em Washington entre fins de 1889 e inícios de 1890. Sobre as disputas entre as perspectivas pan e latino-americana para o continente nesse contexto, consultar: ARDAO, 1986.
[2] A tradução de todas as citações em língua estrangeira é nossa.

instituições de países diferentes, com objetivos de maior aproximação e conhecimento mútuos.[3] Mas o caso do México aqui tratado se diferencia desse tipo de ação – que pode ser definida em termos de "relações culturais internacionais" – e se aproxima do sentido mais restrito do conceito, que se refere a políticas oficiais, de cunho estatal. Como bem sintetiza Edgard Telles Ribeiro (2011), referindo-se a esse tipo de políticas, a diplomacia cultural se constitui em uma particular utilização das relações culturais "para a *consecução de objetivos nacionais* de natureza não somente cultural, mas também política, comercial ou econômica." (RIBEIRO, 2011, p. 33. Grifos no original.)

No caso mexicano, como mostraremos, os governos que se sucederam desde a ascensão do grupo dos constitucionalistas – liderados por Venustiano Carranza, ainda durante o período da guerra civil, na década de 1910 – até o governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940), buscaram fomentar e explorar a identificação latino-americanista principalmente por meio de dispositivos relacionados à diplomacia cultural. Como explica o historiador Pablo Yankelevich (1997), a posição latino-americanista por parte do México "aparece como resultado de um ato defensivo frente a uma política estadunidense que questionou a legitimidade do processo revolucionário". Foi "em oposição às pretensões e pressões estadunidenses [que] o México se projetou em direção à América Latina." Dessa forma, na esteira da Revolução, a política externa mexicana no continente passou a se orientar por "propostas de corte 'indo-americano' [no sentido de valorização de uma identidade considerada autóctone, não necessariamente indígena], levantadas em aberto desafio ao pan-americanismo reinante." (YANKELEVICH, 1997, p. 373; 86.).

Com base em um amplo e pormenorizado trabalho de reconstituição da estratégia propagandística do México revolucionário no continente, desenvolvida pelo *Primer Jefe* – como se auto identificava Carranza – e seus aliados na segunda metade da década de 1910, Yankelevich (1999) mostra que essa estratégia se manteve como a base da política continental mexicana nas décadas seguintes. Nesse sentido, o autor chama a atenção para a "ausência de trabalhos voltados ao estudo desse fenômeno" e destaca que a maior parte dos estudos existentes sobre a propaganda

[3] Um bom exemplo de uma concepção mais ampliada de diplomacia cultural é precisamente a utilizada por Alicia Azuela e Guillermos Palacios, que inclui os mais diversos tipos de "participação consciente de grupos de poder [...] no impulso das relações culturais [entre países]." (AZUELA; PALACIOS, 2009, p. 26.).

internacional mexicana se dedicam a analisar as estratégias desenvolvidas pelos governos de Obregón e Calles, na década de 1920, embora "boa parte da estratégia e dos mecanismos" usados nesse período "revelam uma surpreendente continuidade com aqueles que foram levados a cabo pela facção constitucionalista em plena guerra civil." (YANKELEVICH, 1999, p. 266.).

A posição continental empunhada por esse grupo – que foi o que ascendeu ao poder central no México a partir da segunda metade da década de 1910 – ganhou um explícito caráter oficial com a chamada Doutrina Carranza, de 1919, que abordaremos de forma mais detida na sequência. Mas o marco inicial da articulação de uma estratégia de propaganda internacional do México revolucionário pelos constitucionalistas pode ser identificado já na própria criação de uma *Secretaría de Relaciones Exteriores* – em 1913, sob a liderança de Isidro Fabela[4] –, quando o grupo nem sequer havia se tornado o dominante dentro do movimento revolucionário. Na verdade, como argumenta Yankelevich (1999), justamente o fato de possuir uma perspectiva nacional conjugada à percepção da centralidade das relações internacionais foi um elemento decisivo para a ascensão dos constitucionalistas em meio ao complexo e multifacetado movimento revolucionário mexicano.

Como explica o autor, "o triunfo do poder constitucionalista e o reconhecimento de sua autoridade são entendidos quando se leva em conta que aquele núcleo [revolucionário] concebeu o México e concebeu a si próprio como parte de um projeto de alcance nacional." Esse "ponto de vista nacional", "construído a partir de uma racionalidade que não se esqueceu de que as fronteiras da luta eram também as do México", foi justamente o "elemento distintivo" dos constitucionalistas em relação aos outros grupos revolucionários. E a compreensão da amplitude nacional, interna, do processo revolucionário incidiu diretamente na consciência de sua dimensão externa, pois "esses revolucionários descobriram que a guerra deveria

[4] Isidro Fabela foi um dos ateneístas – participantes do *Ateneo de la Juventud*, associação criada em 1909 como um espaço de sociabilidade intelectual que possibilitou discussões e debates de temas filosóficos em uma condição de independência em relação ao regime de Porfirio Díaz –. O Ateneu destacou-se como celeiro de uma poderosa crítica filosófica aos pressupostos positivistas que conformavam a legitimação ideológica da ditadura porfirista. Sobre a atuação de Fabela à frente da Secretaria de Relações Exteriores, a historiadora Romana Falcón assinala que, apesar da tendência de ter seu papel limitado pela forte liderança exercida por Carranza, ele pôde exercer plenamente sua função precisamente "porque suas perspectivas do que deveria ser a Revolução mexicana, e o lugar do México frente ao exterior eram muito semelhantes" às do próprio *Primer Jefe*. Para ambos, o sentido do movimento revolucionário passava por uma "defesa inteligente e obcecada em favor da soberania [nacional] do México." (FALCÓN, 1994, p. XV-XVI.)

ser ganha nos campos de batalha, mas os triunfos, para o serem de fato, necessitavam do reconhecimento do mundo dos negócios e da política internacional." (YANKELEVICH, 1999, p. 266.).

Esse entendimento da estreita relação entre as políticas interna e externa se aproxima de uma concepção bastante estabelecida no estudo das relações internacionais, cuja premissa é que "não existe nenhum ato político exterior que não tenha um aspecto de política interna." (DUROSELLE, 2000, p. 57.). Essa perspectiva apresenta-se bastante pertinente para o estudo da política externa do México revolucionário especialmente pelo fato de os próprios atores históricos nela envolvidos manifestarem a percepção de que as políticas interna e externa não eram dimensões desvinculadas. Muito ao contrário, tanto os textos quanto as ações dos constitucionalistas revelam uma percepção compartilhada da existência de fortes conexões entre esses dois âmbitos. Isso fica evidente, por exemplo, em alguns importantes discursos proferidos pelo próprio Carranza em diferentes regiões do México entre fins de 1915 e inícios de 1916. Nesses discursos, que a princípio se destinavam a expor aos próprios mexicanos o sentido do movimento revolucionário (obviamente da perspectiva do constitucionalismo), o *Primer Jefe* destacou reiteradamente a dimensão da política externa e particularmente o lugar ao qual pretendia alçar o México revolucionário no continente. Segundo o líder constitucionalista, falando aos habitantes da cidade de Matamoros, no estado de Tamaulipas, em novembro de 1915:

> As reformas anunciadas, e que já estão sendo colocadas em prática, realizarão uma mudança em tudo e abrirão uma nova era para a República [mexicana]. Mas nossa obra de salvação da Nação tem uma importância maior ainda: a de que o México seja a alma das demais nações que padecem dos mesmos males que nós. [...] Já é tempo que a América Latina saiba que nós ganhamos, com a luta interna, o restabelecimento da justiça e do direito, e que esta luta servirá de exemplo para que todos os povos formem suas soberanias [...]. Nossa luta será o começo de uma luta Universal que dê lugar a uma era de justiça, em que se estabeleça o princípio do respeito que os povos grandes devem ter pelos povos débeis. [...] Esta é a Revolução, senhores; isto é o que regerá a humanidade mais tarde como um princípio de justiça. (CARRANZA, 29/11/1915, p. 495-498.).

Na mesma época, em um pronunciamento feito em San Luis Potosí, Carranza reitera a proposta de projeção internacional que formulava para o México, dessa vez

vinculando a proeminência internacional decorrente da Revolução a uma espécie de "missão histórica" do país, que remontaria à Conquista espanhola e faria do México, desde então, um modelo para os países hispânicos da América:

> Temos o dever de dar à República [mexicana] as reformas indispensáveis para o melhoramento da sociedade; mas temos um dever ainda maior; o que a história, desde o descobrimento da América, nos dedicou, posto que o México tem ocupado um grande lugar na história dos povos civilizados. [...] A Nação que deve ser modelo para a América Espanhola já começa a obra de reconstrução. [...] Devemos sustentar o lugar que temos ocupado na história. Nossos grandes episódios são conhecidos, desde a época da conquista, por todos os homens dos países civilizados; e desde então, século após século, o México nunca pôde passar despercebido para a América. Temos o dever de tornar conhecido em cada cidade o fundamental desta *verdadeira Revolução*. [...] Estamos vendo agora como se despedaçam as nações europeias para decidir sua sorte em uma guerra, [...] essa contenda, que não é de *defesa nacional*, mas uma guerra de interesses. [...] Nossa luta tem sido de um caráter distinto daquela [...]. (CARRANZA, 26/11/1915, p. 495-498.).

Com essas palavras, o líder constitucionalista recorria à história como argumento legitimador do pretendido "modelo" que o México teria o "dever" (verbo usado exaustivamente em sua fala) de representar para o continente. Além disso, procurava diferenciar a luta armada mexicana, a "verdadeira Revolução", da guerra europeia em curso – a Primeira Guerra Mundial –, identificando a primeira à ideia de uma guerra justa, que se travava para defender a autonomia da nação. Dessa forma, deixava claro que, na visão dos constitucionalistas, a Revolução Mexicana significava, antes e acima de tudo, a defesa da soberania nacional.

A concepção expressa nesses discursos de 1915 já apontava para os dois grandes pilares assumidos pela política internacional e a propaganda revolucionária articulada pelos constitucionalistas nos anos seguintes: a defesa da soberania nacional frente ao intervencionismo estadunidense e a ideia de que a luta mexicana deveria servir de exemplo para o restante do continente. Em 1919, essa lógica foi sistematicamente articulada e chegou a ser oficialmente apresentada pelo *Primer Jefe* nos termos de uma "doutrina" para as relações internacionais, batizada de Doutrina Carranza, como mostraremos. Mas é importante destacar que, antes mesmo da oficialização dessa doutrina, a propaganda empreendida pelos constitucionalistas na América do Sul teve início já em 1916, com o próprio Isidro Fabela sendo enviado

por Carranza como representante diplomático na região, onde deu início a uma série de ações estratégias para projetar o México e sua revolução principalmente no Brasil, Argentina, Uruguai e Chile.

Entre os dispositivos utilizados pela propaganda mexicana, destacaram-se a difusão de informações sobre o México nos meios de imprensa e o estabelecimento de vínculos com os meios intelectual e acadêmico, o que incluiu o envio de estudantes mexicanos para cursarem parte de seus estudos em universidades sul-americanas, como agregados da legação mexicana nesses países. Outro dispositivo fundamental, foi a "diplomacia das letras", ou seja, a nomeação de reconhecidos literatos como representantes diplomáticos do México nesses países. (YANKELEVICH, 1997, p. 101-2; 135.). Tendo se iniciado com o envio de Amado Nervo à América do Sul, como ministro plenipotenciário na Argentina e no Uruguai, em 1918, essa estratégia tornou-se uma marca característica da política externa mexicana ao longo de todo o período que abordamos, sendo as embaixadas sul-americanas de Alfonso Reyes – na Argentina (1927 a 1930) e no Brasil (1930 a 1936) – um dos casos mais exemplares, como abordaremos mais à frente.

Embora, como mostramos, a posição anti-intervencionista fosse algo destacado pelos constitucionalistas desde sua ascensão dentro do movimento revolucionário, sua manifestação pública no cenário externo sob a lógica de uma "doutrina" guarda relação direta com a forma como foi concebida a reordenação da política internacional no primeiro pós-guerra, culminando na formação da Sociedade ou Liga das Nações, em 1919.

As Conferências de Paz, realizadas em Paris ao final da Primeira Guerra, deram origem à Sociedade das Nações (SDN), através da assinatura de um "pacto", que significou um comprometimento público das nações signatárias em "respeitar escrupulosamente" o Direito Internacional e "todas as obrigações dos Tratados nas relações mútuas", como forma de assegurar a paz mundial. Com esse objetivo, o Pacto da SDN reconhecia, em seu artigo 21, a Doutrina Monroe, de origem estadunidense, como parte dos "acordos regionais que assegura[va]m a manutenção da paz." (SDN, 1919.). Do ponto de vista constitucionalista, a criação do novo organismo internacional nesses termos encerrava dois grandes problemas. O primeiro deles dizia respeito ao fato de o México não ter sido convidado para fazer parte da SDN devido ao movimento revolucionário em curso no país, particularmente

porque sua faceta anti-imperialista, ratificada na Constituição de 1917, que colocava o México revolucionário em conflito latente com os interesses das companhias petroleiras britânicas e estadunidenses.[5] Em segundo lugar, a anuência internacional da Doutrina Monroe era inaceitável para a posição anti-intervencionista assumida pelo México revolucionário.

Assim, em 1919, o *Primer Jefe* apresentou publicamente seu repúdio à aceitação formal da doutrina estadunidense pelos países fundadores da SDN. Falando ao Congresso mexicano, explicou nos seguintes termos a posição assumida oficialmente pelo governo mexicano: "como na Conferência de Paz de Paris tratou-se sobre a aceitação da Doutrina Monroe, o governo do México se viu na ocasião de declarar publicamente e notificar oficialmente os governos amigos que o México não havia reconhecido e nem reconheceria essa doutrina." A posição mexicana foi divulgada em uma declaração à imprensa estadunidense, por meio da qual Carranza foi suficientemente enfático ao afirmar que não reconhecia a Doutrina Monroe porque esta "se constitu[ía] em um protetorado arbitrário, imposto sobre povos que não o solicitaram e nem o necessitam." A lógica que esgrimiu para questionar sua legitimidade foi clara e certeira: "A Doutrina de Monroe não é recíproca e, por consequência, não é justa." (CARRANZA, 1919 *apud* FABELLA, 1994, p. 661.).

Não satisfeito em desconhecer oficialmente a doutrina estadunidense, o presidente mexicano ofereceu, ele próprio, um novo conjunto de parâmetros diplomáticos que ficaram conhecidos como "Doutrina Carranza", apontando claramente para seu intento de contrapor a pretensão hegemônica dos Estados Unidos no continente, ao propor uma nova "doutrina" em substituição à estadunidense. As diretrizes internacionais traçadas por Carranza, bem como a posição que pretendia que o México ocupasse no cenário externo, foram resumidas da seguinte maneira, em uma mensagem ao Congresso Nacional mexicano:

[5]Em estudo sobre a participação do México na Sociedade das Nações, o historiador Fabián Herrera afirma o seguinte sobre a exclusão do país da lista de Estados convidados a fazer parte da organização internacional, em 1919: "a exclusão do México não podia ser explicada pelo simples fato de que o governo de Carranza não contava com o reconhecimento internacional das potências protagonistas das Conferências de Paz [...]. O 'problema mexicano' [...] esteve constituído, principalmente, por aqueles aspectos que deterioraram consideravelmente as relações do México com as potências anglo-saxônicas, sobretudo com a delicada situação de seus investimentos no país, afetados durante a convulsão interna e ameaçados pela Constituição de 1917. [...] Uma vez levantada pela Constituição de 1917, a questão do petróleo se traduziu em uma rápida deterioração das relações do México com seus mais fortes adversários nesse campo: Estados Unidos e Grã-Bretanha. (HERRERA LEÓN, 2009, p. 27-30.).

> As ideias diretrizes de nossa política internacional são poucas, claras e simples. Reduzem-se a proclamar que todos os países são iguais; devem respeitar mútua e escrupulosamente suas instituições, suas leis e sua soberania; que nenhum país deve intervir de nenhuma forma e por nenhum motivo nos assuntos internos de outro. [...] [E que] nacionais e estrangeiros devem ser [considerados] iguais diante da soberania do país em que se encontrem. [...] Desse conjunto de princípios resulta profundamente modificado o conceito atual de diplomacia. Esta não deve servir [...] para exercer pressão sobre os governos de países débeis. [...]
> As ideias diretrizes da política atual, em matéria internacional, estão a ponto de ser modificadas, pois foram incompetentes para prevenir as guerras internacionais e dar um fim rápido à conflagração mundial[;] O México tratou de contribuir para a reforma dos velhos princípios [...]. Hoje abriga a esperança de que a conclusão da guerra será o princípio de uma nova era para a humanidade [...]. (CARRANZA, 1º/09/1918.).

Especificamente a respeito das relações com a América Latina, a mensagem presidencial destacava o seguinte:

> O desejo de que as mesmas práticas adotadas pelo México sejam seguidas por todos os países e legislações, mas em particular pela América Latina, cujos fenômenos específicos são os mesmos que os nossos, dão a tais princípios um caráter doutrinário muito significativo, especialmente quando se considera que foram formulados [...] em plena luta revolucionária e que tinham o objetivo de mostrar ao mundo inteiro os propósitos dessa luta e os anseios de paz universal e de confraternidade latino-americana. (CARRANZA, 1º/09/1918.).

Nesse discurso encontramos delineados os principais pontos da posição assumida pelo México revolucionário no continente durante as duas décadas seguintes: primeiramente, uma explícita recusa do princípio intervencionista, o que colocava a posição mexicana em confronto direto com a perspectiva estadunidense sobre o continente; somada a isso, a noção de confraternidade latino-americana, que rivalizava com a proposta pan-americanista empunhada pelos Estados Unidos como molde para as relações continentais.[6] Finalmente, a capacidade de conceber o México no mesmo nível das "grandes nações" e de tomar precisamente a Revolução Mexicana como lastro político para o protagonismo internacional mexicano e suas propostas de transformação das relações entre os países do continente americano.

[6]O confronto entre as perspectivas pan e latino-americana, iniciado desde o fim do século XIX, seguiu existindo nas décadas seguintes. A respeito das disputas entre ambas manifestadas durante os eventos oficiais das Conferências Pan-Americanas, ver DULCI, 2013.

Podemos perceber na posição oficial mexicana uma grande afinidade com as ideias de identidade latino-americana e valorização cultural do continente, que despontaram com o movimento de Reforma Universitária, de 1918, e se fortaleceram no período entre guerras, em resposta ao abalo do paradigma civilizatório europeu decorrente da Primeira Guerra.[7] Essas ideias culminaram num forte posicionamento anti-imperialista e na defesa da capacidade de desenvolvimento autônomo dos países do continente, que foram empunhados por boa parte da intelectualidade continental nos anos 20 e 30.[8] A atuação internacional do México pós-revolucionário estabeleceu uma conexão direta com esse panorama político-cultural ao tomar como base de sua política externa a noção da existência de um vínculo identitário de natureza histórico-cultural entre os países latinos da região. Nessa perspectiva, buscou-se projetar a Revolução Mexicana como parâmetro de desenvolvimento autóctone e exemplo de luta anti-imperialista, transformando o México em um eixo fundamental na articulação de projetos de solidariedade continental.[9]

O início da década de 20 marcou a chegada de Álvaro Obregón à presidência do México e o fim da guerra civil revolucionária. A partir de então, a ênfase da projeção continental do México e sua revolução se baseou na ideia de uma "reconstrução moral" do país, encarnada principalmente nas instituições culturais criadas ou firmemente impulsionadas pelo governo. Sem dúvida, o maior destaque internacional recaiu sobre a *Secretaría de Educación Pública* (SEP), criada em 1921 pelo governo Obregón, e a ampla campanha de alfabetização levada a cabo pelo secretário José Vasconcelos.[10] Em 1922, o secretário mexicano veio à América do Sul,

[7]O movimento da Reforma Universitária se iniciou na Universidade de Córdoba, na Argentina, em 1918, já com uma perspectiva "americanista", e ganhou uma ampla expressão nos países hispano-americanos. Sobre o movimiento e seu caráter continental, consultar: FUNES, 2021; PORTANTIERO, 1978.

[8]Sobre a centralidade que a identidade latino-americana e a posição anti-imperialista assumiram no discurso intelectual latino-americano do período, consultar: ACHUGAR, 1993; FUNES, 2006.

[9]Um dos exemplos mais ilustrativos do lugar ocupado pelo México revolucionário na articulação da solidariedade continental e sua conexão com o movimento reformista universitário pode ser observado na estreita relação estabelecida com a APRA (Alianza Popular Revolucionaria Americana), criada na Cidade do México, em 1924, durante o exílio de seu fundador, Victor Raúl Haya de la Torre, um dos principais líderes do movimento de Reforma Universitária no Peru. A acolhida dispensada ao líder peruano (que chegou a trabalhar como secretário particular do secretário de Educação Pública José Vasconcelos) não foi um caso isolado, visto que nos anos 30 o México continuou sendo um destino fundamental para o exílio aprista, tendo funcionado como um eixo a partir do qual o movimento pôde ser organizado e mantido após a perseguição perpetrada contra suas lideranças. A respeito desse tema, consultar MELGAR BAO, 2003.

[10]Um minucioso estudo das políticas educativa e cultural mexicanas sob a égide vasconcelina foi realizado por Claude Fell (1989). No cenário brasileiro, Regina Crespo (1997) realizou um estudo

por ocasião da comemoração oficial do centenário da Independência brasileira, que foi realizada sob a forma das tradicionais Exposições Universais e, assim, se tornou a oportunidade ideal para buscar reestabelecer a reputação internacional do México, bastante comprometida após uma década de guerra civil.

Ao analisar a importância conferida pelo governo mexicano ao evento brasileiro, Mauricio Tenorio-Trillo (1998) destaca que era preciso mostrar que o México era "uma nação econômica e politicamente estável e segura, mas, além disso, revolucionária e popular." (TENORIO TRILLO, 1998, p. 271.). Nesse contexto, o importantíssimo lugar que foi conferido ao tema educativo na construção da imagem pública que se buscou propagar internacionalmente sobre o México revolucionário pode ser dimensionado pelo fato de o secretário Vasconcelos ter sido escolhido para dirigir uma "delegação especial", de cunho cultural,[11] e, além disso, a educação pública ter sido o único tema a merecer uma publicação específica, que foi entregue de forma oficial ao governo brasileiro: *La educación pública en México. Informe General de la Secretaría de Educación Pública, Exposición Internacional del Brasil, Septiembre de 1922. Propósitos y tendencias de la SEP*.[12]

Trata-se de um livreto no qual se reproduziu o projeto de criação da SEP, juntamente com um discurso proferido por José Vasconcelos, ainda como reitor da Universidade Nacional, pouco antes de assumir a nova Secretaria. Nesse discurso, cujo tom encontra-se muito próximo ao de um manifesto, são apresentados os objetivos da criação da SEP, dentro dos quais fica explícita a concepção redentora da cultura – e, por consequência, de seus agentes – que permeou todo o projeto vasconcelista:

---

comparativo entre o projeto político-educativo de Vasconcelos e a atuação de Monteiro Lobato no Brasil.

[11]Como destaca Tenorio-Trillo (1998), a Exposição no Rio de Janeiro, em 1922, foi a primeira em que a comitiva mexicana não foi representada por um único grupo, mas foi subdividida em delegações específicas. Além da tradicional delegação militar, que já era um costume do México, e que respondia a ordens diretas do presidente da República, houve uma de cunho comercial, voltada à exposição de produtos mexicanos, que foi supervisionada pelo Departamento de Comércio do Ministério da Indústria e Comércio, e também a delegação cultural, encabeçada por Vasconcelos, que foi a responsável por conferir "um perfil retórico e ideológico coerente à participação do México no Brasil." (TENORIO-TRILLO, 1998, p. 273-274.).

[12]Além da publicação específica sobre a educação pública, o governo mexicano entregou ao brasileiro uma de cunho geral: *México, sus recursos naturales, su situación actual:* Homenaje al Brasil en ocasión del Primer Centenario de su Independencia, 1822-1922. Ambas as publicações fazem parte do acervo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

> A Secretaria de Educação Pública, mais cuidadosa da cultura popular que dos altos estudos, preconiza [...] que o caminho da verdadeira civilização só pode ser encontrado transformando desde a raiz os critérios que até hoje têm servido para organizar povos; arrancando das consciências o pensamento de que é legítimo construir luxo e refinamento sobre a miséria das multidões. [...] Desejamos, antes que propagar a alta cultura, fazer chegar a todas as mentes os dados mais elementares da civilização. [...] Educar a massa dos habitantes é muito mais importante que produzir gênios [...]. Salvar as crianças, educar os jovens, redimir os índios, ilustrar a todos e difundir uma cultura generosa e enaltecedora já não de uma casta, mas de todos os homens, tal é o propósito fundamental da presente lei. (MÉXICO, 1922b, p. 3; 11.).

Além desse discurso de Vasconcelos e o projeto de criação da SEP, a referida publicação, que apresentava a versão oficial de um México regenerado pela cultura, foi construída com base principalmente em dois elementos de inegável potencialidade enquanto "efeitos de verdade": estatísticas e fotografias. Mais do que com as próprias palavras, era com números e imagens que se projetava internacionalmente o tão alardeado "projeto redentor" vasconcelista. Mas a exibição sul-americana do novo México pós-revolucionário, representado pela presença do secretário de Educação Pública, não se limitou às celebrações do centenário da Independência brasileira. Após a estada no Rio de Janeiro, José Vasconcelos foi para a Argentina, onde proferiu um histórico discurso no epicentro do movimento reformista universitário, a Universidade de Córdoba. "Orientações do pensamento no México" foi o título dado por Vasconcelos ao discurso e o lugar de fala por ele assumido na ocasião é facilmente identificável ao papel de "*Maestro* da América", que lhe era conferido pela juventude reformista hispano-americana.

O mexicano falou ao público, formado principalmente por essa juventude, sob a forma de um conselho, uma advertência ou "recomendação" (palavra usada por ele), a respeito do caminho que o movimento reformista deveria trilhar. Tratava-se, inegavelmente, de um lugar de fala que pressupunha uma trajetória admirada, uma experiência reconhecida como inspiradora e digna de ser conhecida e seguida pelos demais. Muito além de uma personalidade individual, o "*maestro* Vasconcelos" era o Secretário de Educação do México e precisamente sua obra educativa de caráter oficial (e a propaganda dessa obra no continente) era o elemento que conferia legitimidade a sua fala. Ao discursar, portanto, como secretário mexicano, Vasconcelos direcionou sua fala em dois sentidos principais e inter-relacionados:

firmar o lugar do México revolucionário – particularmente sua obra educativa/cultural, identificada como um amplo processo de renovação mental – como o grande modelo de transformação para o continente; e impulsionar a solidariedade ibero-americana como elemento indispensável para que uma verdadeira mudança social se consolidasse em dimensões continentais.

A palavra chave do discurso de Vasconcelos na ocasião foi "nacionalismo" e seu foco o de defender a identificação cultural ibero-americana como um tipo específico de nacionalismo, como a tradução histórica e continental do sentido positivo do conceito: a defesa do nacional em relação às imposições externas. Um nacionalismo anti-imperialista, portanto, mas cujo raio de ação não se limitava à ingerência externa econômica ou política, mas correspondia primeiramente à valorização da cultura nacional frente às imposições mentais vindas de fora. Na visão exposta pelo mexicano, esse nacionalismo menos particularista (que ele opôs ao que criticou como "nacionalismo exagerado" e "patriotismo mórbido") seria a melhor expressão político-cultural da realidade continental, visto que, em sua concepção, histórica e culturalmente havia menos diferenças que semelhanças entre as nações ibero-americanas e, fundamentalmente, porque o elemento "externo" em face do qual essas nações deviam se impor era o mesmo: a cultura ocidental encarnada no modelo civilizacional europeu. Mas, como ele próprio observou: "ao dizer Europa incluo os Estados Unidos, falo de tudo o que não é a raça ibero-americana." (VASCONCELOS, 1922, p. 28-29).

Todas essas ideias foram mais sistematicamente expressas por Vasconcelos poucos anos depois em sua obra *Raça Cósmica*. Mas antes mesmo da publicação do livro – cuja edição original data de 1925 –, o discurso que proferiu oralmente na Universidade de Córdoba, em 1922, já foi capaz de operar alguns atos discursivos importes: firmar a ideia de ibero-americanismo (em sobreposição à identidade hispano-americana) como base para a formação de uma "comunidade imaginária" continental, que passava a incluir deliberadamente o Brasil; e estabelecer a Revolução Mexicana como evento fundador de um amplo processo de renovação que possibilitaria a transformação mental do continente e consolidaria esse novo "nacionalismo". A retórica empregada no discurso estabelece uma hierarquia entre presente e futuro, através da qual o México revolucionário aparece como o único

agente capaz de "indicar o caminho" porque, por meio da Revolução, já teria conseguido alcançar tal ideal nacionalista:

> Nós [mexicanos] fomos saindo da [...] vassalagem europeia em que têm vivido estes povos [latino-americanos] durante cem anos e temos criado todas as nossas organizações, escolas e manifestações do pensamento com uma independência bastante marcada das direções que antes nos impunham o estrangeiro. [...] Isso não quer dizer que eu acredite que nós já tenhamos elementos [suficientes] para desenvolver uma civilização própria. [...] O que eu defendo é que já é necessário que, em matéria de pensamento, aprendamos a pensar sem levar em conta a opinião estrangeira e o livro que acaba de chegar das prensas da Europa; e no México, pelo menos, isso já se tem verificado de uma maneira completa. (VASCONCELOS, 1922, p. 29-30.).

Na sequência de sua fala, Vasconcelos opera a articulação das duas ideias que apontamos como essenciais do discurso, ao abordar explicitamente a inclusão do Brasil como parte essencial do processo continental de "emancipação espiritual":

> Devo destacar que no Brasil me deparei com uma tendência idêntica [...]; e tenho entendido que na Argentina já se define uma forte corrente nesse sentido, do desejo de sacudir o jugo literário e o jugo filosófico dos países mais avançados e de começar, diremos, uma vida que, ainda que mais modesta, seja própria e nacional, mas não nacional exclusiva da Argentina ou do México, e sim no sentido mais amplo, nacional hispano-americana ou ibero-americana, para deixar compreendidos nessa tendência os brasileiros que forçosamente têm que trabalhar conosco neste movimento e que, por sorte, estão muito desejosos de fazê-lo. (VASCONCELOS, 1922, p. 30.).

Quando proferiu esse discurso, o ministro Vasconcelos acabava de voltar do Brasil, onde havia participado das comemorações oficiais do centenário da Independência brasileira. Mais do que um simples instrumento retórico, o que expressou sobre a "tendência", o "desejo" dos brasileiros de participarem da obra de "emancipação mental" continental pode ter sido fruto da relativa receptividade (existente, embora não predominante) entre os brasileiros de seu discurso integrador. Mas, é preciso não perder de vista que, muito mais que expressar uma realidade já existente, suas palavras tinham a clara intenção de iniciar um projeto de união continental no qual se pretendia incluir efetivamente o Brasil. Em relação a essa proposta, há que se destacar dois fatos importantes que se seguiram ao pronunciamento oral do discurso.

Um deles é que as palavras de Vasconcelos ganharam rapidamente uma versão impressa, editada pela Universidade de Córdoba no mesmo ano de 1922, o que aponta para a intenção de difusão imediata do mesmo para um público mais amplo do que aquele que pôde ouvi-lo pessoalmente. Essa versão impressa foi enviada para o Brasil, mais especificamente para a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, o que certamente favorecia a divulgação da proposta de integração continental exposta por Vasconcelos entre a intelectualidade brasileira. Outro ponto importante é que as palavras proferidas pelo mexicano, ao serem dirigidas a um público identificado com o movimento reformista e seu caráter continental, puderam ultrapassar o simples discurso e encontrar uma expressão histórica concreta, expressa na rede intelectual tecida em torno da *Unión Latino Americana*, que se consolidou como um dos mais representativos projetos de cunho latino-americanista surgidos na esteira do movimento reformista na Argentina, e que guarda uma intrínseca conexão com a presença e o discurso de Vasconcelos em 1922.

A associação argentina surgiu a partir da formação de um grupo intelectual em torno da publicação do boletim *Renovación,* cuja "origem simbólica" remonta ao discurso de José Ingenieros intitulado "Pela União Latino Americana", proferido em resposta às palavras pronunciadas por Vasconcelos na Universidade de Córdoba, em 1922.[13] Menos de uma semana depois do discurso do mexicano, Ingenieros realizou o seu próprio, que se iniciava e terminava com referências ao México revolucionário. A primeira parte do discurso do argentino é intitulada "A renovação mexicana", na qual Ingenieros se refere à "grande renovação política, ideológica e social" iniciada no México como um amplo processo histórico que ainda se encontrava em desenvolvimento, mas já havia transformado o país em um "vasto laboratório social" que produzia "ensinamentos" para o "desenvolvimento futuro" dos países latino-americanos. Do ponto de vista do argentino, um dos principais "ensinamentos" propiciados pela experiência mexicana era a luta contra o pan-americanismo, que era também o foco de sua própria perspectiva integracionista. Após criticar a proposta estadunidense e a subserviência dos governos latino-americanos em relação à mesma, Ingenieros propôs como única forma de vencer o jugo "imperialista" no

[13]Assim como ocorreu com o discurso de Vasconcelos, o de Ingenieros – proferido como parte do "banquete dos escritores argentinos em homenagem a José Vasconcelos" – foi rapidamente publicado, ainda em 1922, por L. J. Rosso y Cia. Impresores, de Buenos Aires. (INGENIEROS, 1922.).

continente uma "união latino-americana", forjada pelas "forças morais", identificadas aos intelectuais e à juventude universitária. (INGENIEROS, 1922, p. 3-6; 8.).

Nesse mesmo discurso, o argentino propôs a fundação de uma organização em prol da "propaganda dessas ideias" de integração continental com representação "em todos os países e cidades" latino-americanos. Afirmou "não ignorar" a dificuldade prática envolvida em tal proposta e, ao contrário de sugerir o protagonismo argentino frente à mesma, indicou que "a iniciativa deveria partir [...] dos países de maior influência americana": "México, Cuba e América Central." Apesar de mencionar a proeminência de países do que poderíamos chamar de uma zona caribenha – envolvendo Antilhas, América Central e o próprio México – como sendo a "mais interessada" na proposta de um latino-americanismo defensivo em relação ao pan-americanismo, é bastante evidente que Ingenieros direcionava principalmente ao México revolucionário a legitimidade desse protagonismo. Após iniciar o discurso abordando exatamente a experiência revolucionária mexicana e seus "ensinamentos", o argentino encerrou suas palavras voltando-se para o "amigo Vasconcelos" com a seguinte afirmação (praticamente um convite): "se um pensamento de tal índole chegar a ser formulado no México, [...] encontrará eco em nosso país." (INGENIEROS, 1922, p. 13.).

Esse panorama permite vislumbrar a importância da atuação do secretário Vasconcelos na América do Sul, permeada pelos mesmos mecanismos da diplomacia cultural mobilizada pelo Estado mexicano pós-revolucionário, em absoluta sintonia com o projeto mais amplo da política continental do país hispânico da América do Norte naquele momento. O discurso proferido na Universidade de Córdoba, em 1922, como parte das relações intelectuais tecidas pelo mexicano no sul do continente, aparece, assim, como um elemento fundamental para marcar a presença do México enquanto o grande articulador da solidariedade latino-americana.

Sobre essa posição ocupada pelo México no cenário continental, que perpassou as décadas de 20 e 30, é inegável o papel fundador cumprido pela política externa elaborada pelos constitucionalistas ainda nos anos 10, como mostramos. Em grande medida, é possível concordar com Arnaldo Córdova, quando afirma que, "depois de Carranza", "muito pouco de verdadeiramente original foi acrescentado à doutrina internacional da Revolução", cuja base era uma defesa incisiva da soberania nacional mexicana, em explícito confronto com a posição intervencionista dos Estados Unidos

no continente. (CÓRDOVA, 2011, p. 381.). Mas é importante não perder de vista alguns momentos de inflexão sutil, mas decisiva, da posição mexicana de confronto aberto com o vizinho do norte.

Muito embora até o fim dos anos 30 não se possa perceber qualquer tipo de alinhamento por parte do México aos ditames pan-americanistas – aliás, muito ao contrário, pois a política externa do país foi, de fato, caracterizada pela busca primordial e constante de uma posição autônoma em relação à potência continental – , a partir da segunda metade da década de 1920 a estratégia de inserção internacional do México passou a se caracterizar por uma posição menos explicitamente combativa em relação aos Estados Unidos e pela tentativa de ampliar as relações mexicanas para além do espaço continental. É o que veremos na sequência.

Da Doutrina Carranza à Doutrina Estrada (1930)

Como mostramos anteriormente, desde o governo Carranza o fomento do "vínculo espiritual" com a América Latina era a base da projeção internacional do México revolucionário e funcionava como uma espécie de contrapeso às difíceis relações com os Estados Unidos e com outras potências econômicas – principalmente a Inglaterra –, abaladas pela ameaça aos interesses estrangeiros, especialmente os petrolíferos, no México revolucionário. Ao confrontar os interesses econômicos das grandes potências, o país viu-se numa situação de relativo isolamento internacional, expressa tanto em sua não aceitação como membro da SDN, quando da criação da organização, em fins dos anos 10, quanto nas grandes dificuldades que encontrou para o reconhecimento internacional do governo de Álvaro Obregón (1920-1924). Durante os anos 20 essa situação se agravou, passando do relativo isolamento à possibilidade de uma intervenção estadunidense, quando foram formuladas as primeiras leis petrolíferas em consonância com a Constituição de 1917. (AGUILAR CAMÍN; MEYER, 2000, p. 121-122.).

Esse complicado cenário para as relações externas do México explica a posição mais conciliadora do presidente Plutarco Elías Calles (1924-1928) frente aos Estados Unidos. Esse foi, na realidade, apenas o primeiro passo na construção de uma estratégia de inserção internacional mais efetiva por parte do México, consolidada com a entrada do país na SDN, em 1931, durante o governo de Pascual Ortiz Rubio (1930-1932) e a gestão de Genaro Estrada na Secretaria de Relações Exteriores (SRE).

Embora essa nova estratégia comportasse pontos de continuidade com a política seguida até então, cuja base era a Doutrina Carranza, ela também marcou uma mudança de fundamental importância, que foi a substituição da ideia de relações prioritárias com a América Latina pela noção de um México que deveria se aproximar de "todos os povos da terra", como Calles expressou ao chegar ao poder. (CALLES, 1924.). Durante seu governo, sentou as bases de tal projeto, garantindo principalmente o apaziguamento imprescindível das relações com os Estados Unidos. Ao deixar oficialmente o cargo de presidente, declarou o seguinte sobre as relações do México com o mundo:

> Ao concluir o período do meu governo, [...] deixo totalmente normalizada e sem nenhum problema que nesse momento possa causar ansiedade ou transtornos, a situação internacional do México. Talvez pela primeira vez em muitos anos, [...] nosso país se encontra em amistosas e normais relações exteriores, [...] e mantendo, simultaneamente, intactos o decoro e a dignidade da nação e firmes e seguros os princípios de reforma social que a Revolução mexicana iniciou e tem desenvolvido. (CALLES, 1928).

Essas palavras são muito significativas, não só porque explicitam a importância conferida ao estabelecimento e manutenção de "amistosas" relações internacionais por parte do México, mas também porque reafirmam o princípio básico da diplomacia mexicana que vinha sendo empunhado firmemente desde a Doutrina Carranza: garantir de forma incondicional a soberania do país frente a todos e quaisquer poderes internacionais. Esse princípio não foi abandonado, apesar da nova estratégia diplomática mais conciliatória; pelo contrário, viu-se inclusive fortalecido pela adoção da chamada Doutrina Estrada, como ficou conhecida a nova diretriz para a política exterior mexicana apresentada formalmente pelo secretário Genaro Estrada, em 1930. Esta "doutrina" nada mais era do que a aplicação do princípio de não-intervenção à questão específica do reconhecimento internacional dos governos, tema que havia sido até então um dos grandes focos dos problemas externos do México pós-revolucionário.

Com a Doutrina Estrada, o México questionava a vigência, embora de forma não oficializada, de uma "teoria" ou "doutrina" do "reconhecimento", que deixava "ao arbítrio de governos estrangeiros o pronunciamento sobre a legitimidade ou ilegitimidade de outro regime", de forma que "a capacidade legal ou ascensão

nacional de governos ou autoridades parec[ia] ser definido pela opinião exterior." Essa compreensão das relações internacionais foi apontada pelo secretário mexicano como sendo uma das grandes causas da condição de vulnerabilidade do seu país, posto que, como argumentou, "e[ra] um fato bem conhecido que o México v[inha] sofrendo como poucos países, há alguns anos, as consequências dessa Doutrina [do reconhecimento]." Desta compreensão do problema surgia, então, a nova "doutrina" mexicana, pela qual "o México não [mais] se pronuncia[ria] no sentido de outorgar reconhecimentos [a governos de outros países]", tendo em vista considerar essa prática como "aviltante", já que "além de ferir as soberanias de outras nações", também "as coloca[va] em situação de que seus assuntos interiores p[udessem] ser qualificados [...] por outros governos, que assum[i]m, na prática, uma atitude crítica ao decidir favorável ou desfavoravelmente sobre a capacidade legal de regimes estrangeiros." (ESTRADA, 1931, p. 111-12.).

Dessa forma, a nova "doutrina" mexicana reiterava o princípio de não-intervenção estabelecido como base das relações internacionais mexicanas desde a Doutrina Carranza, que também previa o não reconhecimento explícito da Doutrina Monroe. Esta voltava a ser uma questão polêmica em inícios dos anos 30, quando a nova estratégia de inserção internacional do México passou a incluir a entrada do país na SDN. Como já comentamos anteriormente, precisamente a menção da doutrina estadunidense pelo Pacto firmado pelas nações que integravam a organização internacional havia sido, em fins dos anos 10, o desencadeador da formulação oficial da Doutrina Carranza. Durante o governo Calles, quando o secretário Estrada deu início às negociações visando a aceitação do país pela organização internacional sediada em Genebra, novamente tornou-se central a questão da posição oficial mexicana em relação à doutrina estadunidense. (HERRERA LEÓN, 2009, p. 46-48.)

Após longas negociações, a entrada do México na SDN foi oficializada em 1931. Mas isso somente ocorreu após a aceitação, por parte da organização internacional, da condição levantada como "indispensável" pelo México: "postular oficialmente o desconhecimento e a desaprovação mexicanos à doutrina Monroe." (HERRERA LEÓN, 2009, p. 52-53.). O significado da aceitação do México na SDN sob essas condições implicou em um momento decisivo dentro da estratégia mais ampla de promoção internacional do México e de sua Revolução. A importância desse

acontecimento foi ressaltada nos seguintes termos pelo historiador Fabián Herrera León, ao fazer um balanço sobre a política internacional mexicana em inícios da década de 30:

> Ao mesmo tempo que, com a entrada [na organização] em Genebra, o México pretendia criar um contrapeso para a poderosa influência regional dos Estados Unidos, [...] também é certo que [o país] estava interessado em utilizar aquela tribuna internacional para fazer propaganda de sua estabilidade política e de seu pujante desenvolvimento, a fim de melhorar sua posição internacional e modificar sua imagem de país problemático e anárquico. (HERRERA LEÓN, 2009, p. 77-78.).

Garantir a soberania nacional, sobretudo frente aos Estados Unidos, e "fazer propaganda" do México revolucionário: eis os dois grandes focos da política externa mexicana desde a ascensão dos constitucionalistas, e que foram mantidos até o fim da década de 30. Mas a maneira de conceber essa "propaganda" ganhou contornos muito específicos durante a gestão de Genaro Estrada, período em que o reconhecido literato Alfonso Reyes assumiu a Embaixada mexicana no Rio de Janeiro.[14] Nessa época, os mecanismos de diplomacia cultural – que já vinham caracterizando a inserção externa do México desde a década revolucionária – ganharam um perfil mais profissionalizado e passaram a enfatizar a designação de literatos para as representações diplomáticas do país.

No caso das embaixadas sul-americanas de Alfonso Reyes, tanto na Argentina (entre 1927 e 1930) quanto no Brasil (entre 1930 e 1936), o intelectual-diplomata levou a cabo uma atuação cujo foco era alcançar uma boa "representação social do

[14]No caso brasileiro, devido à ausência de um cenário intelectual mais aberto ao ideário latino-americanista, a estratégia de projeção continental mexicana esteve vinculada principalmente ao âmbito diplomático. Seu ápice ocorreu nos anos 30, precisamente com a presença de Alfonso Reyes à frente da Embaixada mexicana, entre 1930 e 1936, sendo essa a mais longa de sua carreira diplomática. Sua designação para o cargo no Brasil esteve diretamente relacionada com o objetivo de recompor e aprofundar uma imagem positiva do México e sua revolução, fortemente desgastada pelo conflito religioso que marcou a segunda metade da década de 20 no país, a Guerra Cristera (1926-1929), que opôs milhares de fiéis liderados pela Igreja Católica ao Estado pós-revolucionário devido a suas medidas anticlericais. A intelectualidade conservadora católica brasileira, ligada ao Centro Dom Vital e liderada por Jackson de Figueiredo, desenvolveu ampla campanha de apoio aos *cristeros* mexicanos, o que gerou a reação do então embaixador mexicano no Brasil, Pascual Ortiz Rubio, e culminou em um incidente diplomático entre os dois países. Pouco tempo depois, tendo se tornado presidente do México, Ortiz Rubio designou Alfonso Reyes para a Embaixada no Rio de Janeiro, entendendo acertadamente que o reconhecido literato seria o personagem ideal para dialogar produtivamente com intelectuais dos mais diferentes alinhamentos políticos e consolidar uma imagem positiva do México e sua revolução no cenário brasileiro. Sobre a forma como se desenvolveu no Brasil a estratégia de projeção continental mexicana e o papel cumprido pelo escritor-embaixador Alfonso Reyes, consultar: DIAS, 2015.

México", que funcionasse para além e independentemente dos imprevisíveis sucessos diplomáticos oficiais, conforme destacou em carta ao secretário Estrada, ao chegar ao Rio, após deixar a Embaixada de Buenos Aires. (REYES a Estrada, 10/04/1930.). Com base nesse objetivo, Genaro Estrada e Alfonso Reyes – que eram amigos pessoais e cujas "educadas sensibilidades intelectuais e os perceptivos tatos políticos" andavam em sintonia – "tece[ra]m uma compacta rede de relações diplomáticas", que se constituiu "a partir da Secretaria, onde Estrada est[ava] atento aos passos de Reyes", enquanto este, nas Embaixadas, "segu[ia] as instruções de Estrada." (DÍAZ ARCINIEGA, 2001, p. 37-38.). Um dos exemplos mais ilustrativos dessa parceria entre o embaixador Alfonso Reyes e o secretário Genaro Estrada na projeção de uma imagem positiva do México pós-revolucionário, com sua faceta latino-americanista, pode ser identificado na publicação de *Monterrey. Correo Literário de Alfonso Reyes*, periódico que circulou entre 1930 e 1937, período que praticamente coincide com a atuação de Reyes na Embaixada mexicana no Rio de Janeiro.

O periódico teve sua época de maior vigor, com uma periodicidade mais assídua, precisamente durante a gestão de Estrada à frente da SRE do México, no início da década de 30.[15] Apesar de se apresentar sob um formato um tanto quanto excêntrico – de uma publicação em que o escritor-embaixador Alfonso Reyes era o diretor e editor, além de praticamente o único a publicar textos, sendo que outras (raras) colaborações somente foram realizadas mediante seu convite e, além disso, se tratava de um "correio literário" que não era vendido, mas obsequiado por seu próprio idealizador a seus "amigos", como Reyes costumava se referir aos colegas com os quais mantinha contato intelectual –, *Monterrey* cumpriu um importantíssimo papel como vitrine internacional para a propaganda do México pós-revolucionário e esse aspecto, geralmente, tem passado despercebido nos estudos sobre a publicação.[16] Evidentemente, tratava-se de uma maneira mais "sutil" de fazer

[15]Durante a gestão de Estrada à frente da SRE, *Monterrey* alcançou 9 números em cerca de dois anos, entre junho de 1930 e julho de 1932. Essa estabilidade inicial da publicação contrasta fortemente com o período posterior, quando foram editados apenas 5 números num período de mais de quatro anos, entre março de 1933 e julho de 1937.

[16]Por ter se constituído em um dos principais instrumentos da atuação intelectual empreendida por Alfonso Reyes, *Monterrey* tem sido tema de vários trabalhos acadêmicos, tanto de historiadores quanto de estudiosos da literatura, que geralmente destacam o caráter "personalíssimo" do correio literário do escritor mexicano, caracterizando-o como um periódico "em primeira pessoa", como faz Lívia Reis, uma das grandes estudiosas brasileiras de *Monterrey* no campo dos estudos literários. Por sua vez, o historiador colombiano-mexicano Aimer Granados (2012a; 2012b) identifica *Monterrey* como uma "carta circular aos amigos", que inclusive teria "permiti[do] a Reyes construir para si

propaganda do país, utilizando-se de um veículo de caráter essencialmente cultural. Mas não há dúvida quanto à legitimidade ainda maior que poderia ser conferida às "notícias mexicanas" veiculadas pelo periódico de Alfonso Reyes.

"*Noticia Mexicana*" era precisamente o nome de uma importante coluna da publicação – que ocupava cerca de 1/3 do total das 8 páginas que o periódico possuía, em média –, na qual podemos identificar de forma mais patente o caráter propagandístico e, até certo ponto oficial, das informações sobre o país hispânico da América do Norte veiculadas em *Monterrey*. Ao longo do período em que foi publicada, a coluna forneceu um rico panorama a respeito da atualidade mexicana, ao qual podemos atribuir um caráter propagandístico do novo México criado pela Revolução. Presente já no primeiro número do periódico, "*Notícia Mexicana*" foi apresentada por Alfonso Reyes como um espaço de "descrição bibliográfica" no qual o editor desenvolveria breves comentários sobre as publicações de seu país, os quais afirmava "não se trata[rem] [...] de verdadeiras resenhas críticas, mas de simples menções destinadas a chamar a atenção do [leitor] aficionado pelas coisas mexicanas." (*Noticia Mexicana"*, *Monterrey*, nº 1, junho de 1930, p. 4.). De fato, suas apresentações na coluna não se tratavam de resenhas propriamente ditas, mas todas as publicações ali divulgadas por Reyes contavam com breves, porém sistemáticos, comentários do escritor-embaixador, dotados sempre do tom elegante que caracterizava sua escrita. Nesse espaço, ele apresentou comentários não apenas a respeito de novidades culturais do México, mas igualmente sobre publicações oficiais do país e, por vezes, deu notícia de obras públicas realizadas por seu governo.

Os comentários presentes na coluna *"Noticia Mexicana"* sem dúvida contribuíam para a difusão de uma imagem estável e progressista do país hispânico da América do Norte. Sua leitura permitia ao leitor formar mentalmente uma imagem bastante articulada a respeito do México como uma nação detentora de um Estado organizado, empenhado no atendimento das demandas populares, e que caminhava no sentido de um amplo desenvolvimento social, que atendia simultaneamente aspectos econômicos e culturais. Em relação a esse último, vale ressaltar que um elemento de central importância na imagem do México pós-revolucionário projetada através de *Monterrey* foi o papel decisivo cumprido pelo país em relação à

próprio um espaço que lhe possibilitou certo retiro parcial do mundo da diplomacia e da política." (REIS, 2007, p. 121; GRANADOS, 2012b, p. 21-2.).

solidariedade continental. O engajamento em torno do latino-americanismo foi, de fato, o ideário de fundo do periódico de Reyes, e não apenas porque essa era a base da política continental mexicana havia décadas, mas igualmente pelo fato de que também era o elemento essencial que impulsionava a sua própria atuação intelectual.

Uma das ocasiões mais ilustrativas em que a identificação latino-americanista de Alfonso Reyes se apresentou em perfeita sintonia com a política oficial mexicana em seu *Monterrey* ocorreu já em seu primeiro número. Nesse caso, não se tratou da coluna *"Noticia Mexicana"*, que em geral apresentava-se mais alinhada à propaganda do país, mas apareceu na seção "*Guardias de la Pluma*", que o próprio Reyes definiu como possuindo "uma intenção polêmica." A controvérsia exposta no primeiro volume do periódico dizia respeito ao lugar identitário ocupado pelo México no continente. O escritor-embaixador criticou duramente a perspectiva do escritor franco-argentino Max Daireaux, que havia publicado, em francês, uma antologia da literatura hispano-americana sem a inclusão do México, pois entendia que o país hispânico da América do Norte teria "se separado voluntariamente da família latino-americana", já que possuía uma cultura muito particular, formada pelas "tradições astecas e as tradições espanholas [*sic*]." Reyes, então, rebateu vigorosamente tal argumento, na forma de uma carta aberta a Daireaux, na qual afirmou:

> Não meu amigo, isso não! Você se esquece que a era de intercomunicação americana em que hoje vivemos foi aberta pelas grandes embaixadas espirituais que o México enviou ao sul do continente. [...] O que procuramos fazer, que consigna tínhamos a não ser a de recordar a nossos irmãos do Continente a profunda solidariedade que nos une? Você se esquece que toda a juventude americana contempla com interesse e nobre admiração os empenhos do México em suas indagações e sondagens da alma americana. Podemos citar mais de um homem que recebeu no México o batismo continental que merecia, não porque lá tenhamos delegação especial nem prioridade, que não pretendemos, mas simplesmente porque a Ideia Americana se mostra lá em todo seu vigor. [...]
> E agora já não vamos complicar ainda mais esse tradicional enigma do México! Já não sabemos onde colocá-lo! Onde está o México, meu amigo, se o mundo só chama de América do Norte aos Estados Unidos e, agora, você nos exclui do Orbe Hispano-Americano? (REYES, *Monterrey*, nº 1, junho de 1930, p. 3.).

A argumentação de Alfonso Reyes sobre a atuação mexicana na promoção de uma "profunda solidariedade" continental – as "grandes embaixadas espirituais" enviadas pelo país à América do Sul e o México como espaço de "batismo

continental"[17] de intelectuais latino-americanos – remete claramente à estratégia diplomática que vinha sendo priorizada pelo México havia mais de uma década. Aliás, é significativo notar que Reyes identificou o período em que escrevia, inícios dos anos 30, como um momento em que a "intercomunicação americana" já seria uma realidade e que esta era fruto, em grande medida, da ação diplomático-cultural realizada por seu próprio país.[18]

Muito embora, como mostramos, nos anos 30 a estratégia oficial de inserção internacional do México tenha se voltado mais para uma perspectiva global, o viés continental e particularmente latino-americanista não foi abandonado durante toda aquela década, dando continuidade às bases lançadas pela Doutrina Carranza, sobre a qual se firmou o posicionamento internacional do México pós-revolucionário, configurando-se como um dos elementos ideológicos centrais da Revolução Mexicana. Como mostrou Arnaldo Córdova (2011), os constitucionalistas "tiveram o inegável mérito de se oporem, inclusive com a força, às repetidas pretensões do governo estadunidense de submeter o México incondicionalmente a seus ditames" e "puseram nas mãos dos governos revolucionários um estupendo instrumento político e jurídico para a defesa da soberania do Estado mexicano", pelo qual "o Estado surgido da Revolução esteve em condições de submeter à sua jurisdição e domínio os capitalistas estrangeiros." É claro que "nada disso aconteceu de forma imediata, mas o caminho ficou aberto." (CÓRDOVA, 2011 [1977], p. 258.).

Nesse sentido, não seria exagerado afirmar que a nacionalização petrolífera de 1938, realizada durante o governo de Lázaro Cárdenas, levou a Doutrina Carranza às últimas consequências.[19] A importância dessa doutrina como base para a política

[17]Um dos casos mais emblemáticos do "batismo continental" aludido por Alfonso Reyes pode ser identificado na forte identificação latino-americanista desenvolvida pelo poeta brasileiro Ronald de Carvalho a partir de sua aproximação ao México revolucionário na década de 1920, por iniciativa oficial mexicana, dentro da sua política de promoção do ideário latino-americanista. Ver a respeito: DIAS, 2019.

[18]A respeito do papel político-cultural cumprido por Alfonso Reyes e seu periódico *Monterrey* no âmbito da estratégia oficial mexicana de projeção continental a partir da promoção do ideário latino-americanista, ver: DIAS, 2018.

[19]A nacionalização pelo governo mexicano das empresas petrolíferas estrangeiras – particularmente inglesas e estadunidenses – se processou em nome da defesa da soberania nacional, e isso não apenas pelo fato de colocar sob a alçada governamental a gestão de um dos principais recursos econômicos do país. Como explicam Héctor Aguilar Camín e Lorenzo Meyer (2000), o decreto nacionalizador de 1938 ocorreu como resposta à negativa das empresas estrangeiras em atender à decisão da Suprema Corte mexicana de que fosse concedido aumento salarial aos trabalhadores do setor, que estavam em greve. Com tal atitude, o entendimento oficial do governo Cárdenas foi o de que as empresas estavam "subtraindo-se de fato à obediência das leis mexicanas e à própria soberania do país", daí a

externa do México pós-revolucionário é inquestionável. E destacamos o elemento latino-americanista – não enfatizado por Córdova – como parte essencial dessa política. Desde a proposição original de Carranza, a referida doutrina trazia como pressuposto a ideia de que a adoção de uma postura autônoma e até mesmo combativa por parte do México em relação aos Estados Unidos deveria ser subsidiada por uma política continental de cunho latino-americanista, concepção que continuou permeando a política externa mexicana nas décadas seguintes.

Mas, com o fim do cardenismo, a política continental mexicana ganhou uma direção radicalmente diferente daquela que havia sido seguida pelos governos que se autodenominavam "revolucionários." Não por acaso, a nova direção para a política externa do país hispânico da América do Norte, instituída em 1941, foi implantada por um governo que decretou o fim da Revolução.

O pós-cardenismo: o giro de 180º da política continental mexicana

No acervo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, é possível encontrar duas publicações oficiais mexicanas, datadas de 1941, que expressam de forma extremamente clara e objetiva a concepção do Estado mexicano pós-cardenista sobre a Revolução e o lugar que o novo México, não mais revolucionário, deveria ocupar no continente. Uma dessas publicações, intitulada *Un continente, un hombre, un pueblo,* à primeira vista não é mais do que uma tradicional apresentação do novo presidente, Manuel Ávila Camacho. Mas queremos chamar a atenção, inicialmente, para o vínculo que o próprio título da publicação estabelecia entre o novo presidente mexicano e o continente, o que apontava para a importância central dada por seu governo à questão continental. O tema ganhou um tratamento mais específico em uma outra publicação oficial, publicada no mesmo ano, 1941, intitulada precisamente *La Doctrina Continental en el Senado de México,* também difundida internacionalmente.

Os conteúdos dessas duas publicações podem ser lidos como complementares, sendo que a primeira aborda a nova concepção do Estado mexicano para sua política interna, enquanto a segunda explicita como essa nova política impactava as relações mexicanas com o entorno continental; ambas foram publicadas imediatamente após

necessidade de uma intervenção incisiva por parte do Estado. (AGUILAR CAMÍN; MEYER, 2000, p. 202-203.).

a posse do novo presidente. A primeira, uma publicação oficial da Câmara dos Deputados, se inicia com uma epígrafe que transcreve parte de um discurso do presidente Ávila Camacho, no qual se realizava uma interpretação da Revolução Mexicana em relação ao momento em que falava, início da década de 40. Na passagem citada, o novo chefe do Executivo se referia a seu governo como aquele que "toma[va] a herança da Revolução, com suas conquistas, com seus alcances benéficos para a maioria do povo", mas também com seus "erros [e] tropeços", os quais deveriam ser "redimidos." (MÉXICO, 1941a.).

A ideia de que a Revolução já havia chegado ao fim é reforçada pelo prólogo da publicação, assinado pelo "presidente da Comissão de Controle Político da Câmara dos deputados." Nesse texto, afirma-se que "a Revolução", enquanto "conjunto harmônico e de profundas raízes populares", havia sido uma "experiência de trinta longos anos em que a nação mexicana lutou estoicamente por sua elevação integral"; mas esse processo tinha não só um começo como um fim já cumpridos, "desde de Francisco I. Madero [o início do movimento revolucionário em 1910] até Lázaro Cárdenas." Ávila Camacho, por sua vez, aparecia nessa narrativa como "um dos mais altos valores humanos produzidos pela Revolução", mas seu governo não mais como parte ativa desta. (MÉXICO, 1941a.).

A leitura dessa publicação oficial mostra que, já no imediato pós-cardenismo, em 1941, operou-se uma construção ideológica importantíssima para a consolidação de uma nova concepção política por parte do Estado mexicano, que teve impactos profundos e duradouros, não apenas no âmbito interno, mas também na postura internacional mexicana. Essa construção se baseou numa articulação específica entre as noções de "herança" e "erros" da Revolução. Pela interpretação oficial formulada naquele momento, o novo governo não era revolucionário, mas herdeiro da Revolução Mexicana; esta continuava a ser a fonte de legitimidade do poder político no México, mas por "herança." E era a condição de "herdeiro" da Revolução que conferia ao novo governo o direito de "redimir" os erros desta. Tal concepção, como se pode depreender, era capaz de abrir espaço para inúmeras manobras políticas, já que a adoção de medidas acordes ou não com as perspectivas revolucionárias poderiam ser justificadas, de acordo com os interesses políticos em jogo, pela lógica da "herança" ou pela da "redenção" dos "erros" da Revolução. Essas manobras não tardaram em se efetivar.

Já em 1941, imediatamente após sua ascensão ao poder, o governo Ávila Camacho operou uma mudança radical na política continental mexicana. Conforme destacado pela publicação oficial da SRE, que fez a difusão internacional dessa nova política, *La Doctrina Continental en el Senado de México,* o novo governo mexicano considerava necessário explicar "o estado atual das relações do México com os Estados Unidos da América do Norte e com os demais países do continente", por se tratar de uma "questão de interesse nacional e internacional." O que se informava aos outros países do continente era a nova e "transcendental" política externa anunciada pelo secretário Ezequiel Padilla em março de 1941, pela qual se "fixou a doutrina pan-americana do México." Esse anúncio vinha acompanhado, na publicação, por uma citação de um discurso proferido pelo presidente Ávila Camacho, sendo possivelmente seu primeiro como presidente, pois aparece datado de 1º/12/1940, data de sua posse. Nessa ocasião, o novo presidente mexicano afirmava ser "uma imensa fortuna a união das Américas" e defendia a seguinte "doutrina continental": "nada nos divide nessa nossa América" frente ao "elevado sentimento de tornar perdurável uma vida continental de amizade e respeito mútuo." (MÉXICO, 1941b.).

Apesar de parecer contraditório um discurso que se refere, ao mesmo tempo, às "Américas" como espaços distintos e a "essa nossa América" como um único conjunto, não há contradição alguma nessas palavras, mas simplesmente a clara intenção de amalgamar "as Américas" de distintas identidades culturais (latina e saxônica) em uma única identidade geopolítica (pan-americana), para que fosse possível harmonizar as relações internacionais na região. Por essa nova proposta (ou melhor, nova política), a própria alcunha "nossa América" – famosa, desde José Martí,[20] por evocar um sentido de soberania e resistência da América Latina em face de ameaças imperialistas, notadamente estadunidenses – ganhava um novo sentido de identificação e colaboração com a política pan-americanista, pela qual "nada nos divide."

Tal visão das relações continentais ganhava uma explicitação ainda mais evidente na publicação oficial mexicana, pois esta reproduzia, em um capítulo

[20]José Martí, poeta cubano e um dos principais líderes da Independência do país, em fins do século XIX, utilizou a designação "Nossa América" para se referir à América Latina exatamente no contexto do expansionismo estadunidense, alertando sobre a necessidade de defesa das soberanias nacionais no continente. No caso específico de Cuba, ele temia sabiamente que o país conquistasse sua independência da Espanha, mas acabasse submetido ao poderio dos Estados Unidos. (MARTÍ, 1991 [1891]).

intitulado "*México en el sentimiento continental*", um discurso pronunciado pelo "senhor Maury Maverick, prefeito da cidade de San Antonio, Texas", na Câmara dos deputados do México, elogiando a nova posição internacional do país hispânico da América do Norte. Em um discurso que, segundo a publicação oficial teria sido realizado sob "aplausos" dos deputados mexicanos, o estadunidense teria proferido, em espanhol, as seguintes palavras:

> Houve tempos em que se duvidou de nossas relações internacionais [entre Estados Unidos e México]; mas agora nossa amizade está firmemente cimentada e não existe entre nós nenhuma suspeita. Não, absolutamente nenhuma! (Aplausos) Mas já chegou a hora de atuar. Podemos falar de amizade e aproximação eternamente; mas, nesse momento, não é isso apenas o necessário; devemos efetuar uma verdadeira cooperação; não simplesmente falar de cooperação, mas que esta seja efetiva nas ordens econômica, social e política. [...] Jamais construiremos fortalezas uns contra os outros; o Rio Grande será conhecido como o Rio da Paz. (Aplausos) [...] Jamais entraremos em guerra uns contra os outros [...], nos defenderemos mutuamente. [...] Haverá igualdade entre todas as nações – nenhuma será dominante – todos seremos iguais. (Aplausos) [...] Viva minha pátria [Estados Unidos]! Viva o México! Vivam todas as gentes do Norte, do Centro e Sul da América! Viva a liberdade e viva a Independência! (Aplausos). (MAVERICK, 1941 *apud* MÉXICO, 1941b, p. 127-128.).

Lembremos que essas palavras foram reproduzidas em uma publicação oficial da SRE do México para tornar pública a nova posição assumida pelo país no continente. Era, portanto, a ideia de uma "amizade" sincera e "cimentada" pela paz e o respeito mútuo entre o México e os Estados Unidos (além dos demais países americanos) que passava a reger as relações continentais mexicanas a partir de 1941. As impressionantes palavras do texano em discurso na Câmara mexicana, sob "aplausos" dos presentes, davam o novo tom da relação que se tornaria prioritária para o México a partir de então. O mais significativo em tudo isso não é simplesmente o giro de 180º que se operava em relação à política externa mexicana no continente nas décadas anteriores, mas, sobretudo, o fato de que essa profunda mudança se realizava sob o manto sagrado da "herança" da Revolução, mobilizado, talvez pela primeira vez, como um estratagema para a legitimação de políticas antirrevolucionárias.

Como mostramos, a posição pan-americanista foi assumida pelo México na publicação oficial de 1941, portanto, antes de 1945, data que normalmente é tomada como referência para explicar a situação de "estreiteza do horizonte internacional do México", sob o argumento principal de que uma "política exterior discreta e muito defensiva" teria se imposto ao país em virtude do poderio estadunidense em sua nova configuração do pós-Segunda Guerra e início da Guerra Fria. Nessa perspectiva, entende-se que, "em termos gerais, a partir de 1945, tudo o que não fosse Estados Unidos perdeu importância para o México", incluindo a América Latina, com a qual o país manteve relações de caráter mais "simbólico" que "substantivo." (MEYER, 2009, p. 71.).

A corrente interpretativa citada acima remonta à obra clássica de Mario Ojeda, *Alcances y límites de la política exterior de México*, publicada nos anos 70, na qual o autor identificou uma relação intrínseca entre a posição geográfica do país – como vizinho da grande potência mundial do século XX – e suas relações internacionais. Para Ojeda, "em poucos países como no México pode-se ver tão claramente o fenômeno de que a situação geográfica tenha operado uma condicionante da política exterior e uma limitação à soberania." Em sua concepção, "a consequência mais importante imposta ao México pela vizinhança geográfica com os Estados Unidos" seria "uma limitação de sua liberdade de ação política", em função do "valor estratégico [ligado ao sistema de segurança] que seu território tem para o governo de Washington." Ao ressaltar essa limitação da política externa mexicana, o autor propõe uma explicação bastante convincente para desvendar a "aparente contradição" que a mesma comporta com a postura "dissidente" do México em relação aos ditames estadunidenses em casos tão emblemáticos como a relação com Cuba após a Revolução de 1959. (OJEDA GÓMEZ, 1976, p. 93.).

Exatamente pela importância estratégica envolvida na relação entre México e Estados Unidos, teria predominado "uma espécie de reconhecimento tácito", um "entendimento" entre ambos os países nos seguintes termos: a grande potência "reconhece e aceita a necessidade do México de dissentir da política estadunidense em tudo aquilo que seja fundamental para o México, ainda que para os Estados Unidos seja importante, mas não fundamental." No sentido inverso, "o México outorga sua cooperação em tudo aquilo que sendo fundamental ou importante para os Estados Unidos, não o é para o [próprio] país." Isso explicaria, por exemplo,

porque o México pôde manter relações com Cuba, mas não com a China durante a Guerra Fria, na medida em que, no caso do país caribenho, essas "eram obviamente de fundamental importância para o México, em virtude da defesa do princípio de não intervenção e para a manutenção do consenso e da estabilidade internos."[21] Do ponto de vista estadunidense, a disposição em "tolerar" uma "política dissidente" por parte do México foi assumida sempre que tal política ajudasse a "fomentar a estabilidade interna do país" e, por consequência, da região, partindo-se da compreensão de que "a estabilidade política da América Latina, mas principalmente a do México, devido à vizinhança direta, mantinha-se ligada ao sistema de segurança dos Estados Unidos, pelo menos na mente dos estrategistas do Pentágono." (OJEDA GÓMEZ, 1976, p. 95.).

Como se pode depreender de tal perspectiva, a explicação para a posição dissidente do México em relação a certas determinações da política estadunidense para a América Latina durante a Guerra Fria não se encontraria em qualquer tipo de identificação latino-americanista, como comumente se supõe. Essa mesma visão aparece também em trabalhos recentes que versam especificamente sobre as relações do México com o entorno latino-americano a partir de 1945.[22] Segundo Guadalupe González, uma das autoras que mais tem se dedicado ao tema, "a América Latina tem sido uma obsessão recorrente e uma constante no imaginário discursivo da diplomacia e da identidade nacional mexicana." Se, por um lado, "os Estados Unidos tem sido o *factotum* e o centro de gravidade da política externa do México", por outro, a América Latina ocuparia o lugar de "centro simbólico, onde as aspirações mexicanas de independência, diversificação e prestígio internacional encontram seu lugar natural de projeção." A principal questão que a autora levanta é que, após a "época de ouro da diplomacia cultural do México na região" – as décadas de 1910 a 1930 – passou a existir uma "brecha entre o peso simbólico e real da América Latina na política externa mexicana." (GONZÁLEZ GONZÁLEZ, 2008, p. 3-5; 2005, p. 116-119.).

[21]Nessa mesma direção, em trabalho recente, Guadalupe González destaca, sobre a relação do México com a Revolução Cubana, que se tratou de uma "extremada defesa jurídica (não política) do princípio de não intervenção", que foi exercida ao mesmo tempo em que se levava a cabo uma "forte cooperação informal com os Estados Unidos na estratégia anticomunista." (GONZÁLEZ GONZÁLEZ, 2008, p. 127.).
[22]Veja-se, por exemplo, os seguintes trabalhos: GONZÁLEZ GONZÁLEZ, 2005; RAMOS CARDOSO, 2013; SCHIAVON, 2006; ARGÜELLES ARREDONDO, 2014.

Assim, apesar de existir um "mito amplamente difundido" tanto pelo discurso oficial quanto por seus opositores, de que durante a Guerra Fria e particularmente nos anos 70 e 80 "a política externa do México tinha uma forte inclinação latino-americanista e anti-estadunidense e que o país contava com uma clara vocação de liderança continental", na realidade, esse discurso "contrasta com o alcance real das ações realizadas na região e dos recursos investidos [pelo México] para fomentá-las." Ainda segundo a autora, desde 1945, a relação entre o país hispânico da América do Norte e seus vizinhos latino-americanos foi caracterizada pela "atenção variável, inconstante e seletiva do México para a América Latina, pelo que não é possível falar em políticas gerais [deste país] para a região em seu conjunto." A importância dada pelo México aos países latino-americanos "quase sempre esteve motivada por situações de crise nos países da região com certo impacto, real ou simbólico, na [sua] vida política ou econômica." Em síntese, "as relações com os países da América Latina ocuparam um lugar secundário na escala de prioridades [mexicana]" e "os Estados Unidos foram o ponto de referência básico na política exterior do México para a América Latina." (GONZÁLEZ GONZÁLEZ, 2008, p. 116-119; 2005, p. 3-5.).

Obviamente, esses autores não desconsideram os momentos de "ativismo latino-americanista" por parte do México. Aliás, no caso de Mario Ojeda (1976), chama a atenção o fato de seu mencionado trabalho ter sido publicado em meados dos anos 70, precisamente num período em que política externa mexicana ganhava uma tendência de maior diversificação, o que incluiu, no caso das relações com a América Latina, desde de iniciativas de integração econômica – como foi o caso da criação do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), em 1975 – até o estreitamento de relações políticas com governos progressistas, como o de Salvador Allende no Chile. Conforme destaca Guadalupe González, essa posição assumida pelo México nos anos 70 tinha relação com a crise de legitimidade enfrentada pelo regime priista no pós-68, o que levou o governo Echeverría (1970-76) a assumir uma política externa mais ativa e inclinada ao não-alinhamento, que era uma bandeira dos grupos que exigiam maior abertura do sistema político. Nos anos seguintes, o auge petroleiro forneceu uma base econômica que "fortaleceu temporalmente a capacidade de negociação do país", que priorizou a ampliação de sua influência na área centro-americana e caribenha e também "intensificou a tradição de asilo diplomático" frente às ditaduras sul-americanas. (GONZÁLEZ GONZÁLEZ, 2008, p. 128-131.).

Entretanto, em que pese esse panorama de uma atuação indubitavelmente mais ativa por parte do México nas relações latino-americanas, nos anos 70 a atuação mexicana no continente não se configurou a partir de uma política oficial mais sólida, que fosse capaz de alçar as relações com a América Latina a um lugar central de sua política externa, não tendo se estruturado propriamente como uma política de Estado que perpassasse distintos governos, como havia ocorrido entre meados da década de 1910 e o fim dos anos 30, a "época de ouro da diplomacia cultural do México na região", como denominou Gónzalez (2008). Durante os anos 70 e inícios dos 80, ao contrário, apesar de ter envolvido todo um discurso latino-americanista, a atuação mexicana no continente esteve condicionada às agendas específicas de cada governo, sendo empreendida a partir de distintas perspectivas e estratégias. Por isso, os autores que analisam as relações continentais do país nesse período tendem a destacar a existência de uma "brecha" entre "o peso simbólico e o real da América Latina na política externa do México." (GONZÁLEZ GONZÁLEZ, 2008, p. 117.).

De uma forma geral, os autores sustentam que os Estados Unidos mantiveram-se como a prioridade das relações exteriores do México, como ocorria desde 1945, data que remete à consolidação do poder econômico e geopolítico estadunidense em escala mundial, sendo esse fato tomado pela literatura pertinente como um "óbvio" limitador da atuação externa do México, tendo em vista sua particular posição geográfica.[23] Mas, como mostramos, as publicações oficiais mexicanas que analisamos, datadas de 1941, indicam que a adoção oficial do pan-americanismo por parte do México ocorreu antes mesmo do novo contexto mundial do pós-Segunda Guerra. Nesse momento, o que se verificou de fato foi uma nova opção política,

[23]A suposta obviedade da limitação da autonomia das relações externas do México em função de sua posição geográfica foi mais recentemente relacionada por Lorenzo Meyer (2013) à "tragédia persistente" da "democracia autoritária" mexicana, em uma obra publicada após o retorno do PRI ao governo federal em 2012. Para esse autor, "a influência dos Estados Unidos" foi "a grande constante e limitante da relação do México com o seu entorno", sendo que "o regime priista partiu da aceitação do óbvio: que os Estados Unidos, por sua condição de potência hegemônica, anulavam as possibilidades de um espaço internacional no qual o México pudesse atuar com independência." Meyer não deixa de ressaltar a vinculação complexa dessa situação com a política interna do país, já que "a base da política externa mexicana, centrada nos princípios de não intervenção e autodeterminação" guardava uma importância estratégica para o "nacionalismo autoritário", funcionando como um "instrumento fundamental da classe política para não ver diminuídos seus espaços internos de manobra pela pressão norte-americana." Assim, na mesma linha da já abordada argumentação de Mario Ojeda, Meyer observa que em casos como o do golpe na Guatemala nos anos 50, da relação com Cuba a partir dos anos 60, com o Chile de Allende nos 70 ou com a América Central dos anos 80, "o México atuou menos de acordo com o significado intrínseco dos processos nesses países e muito mais em função da reação de Washington", com vistas a preservar sua "soberania relativa." (MEYER, 2013, p. 60; 62.).

contrária àquela que havia se imposto, desde a década de 1910, sobre firmes bases ideológicas que permitiram, inclusive, desafiar certas limitações concretas. Afinal, não podemos negligenciar o fato de que a Doutrina Carranza foi empunhada no difícil contexto de uma guerra civil, quando a economia mexicana encontrava-se arruinada, e que a ousada medida de nacionalização do petróleo pelo governo Cárdenas, apesar de astutamente realizada num período em que a "boa vizinhança" era oficialmente defendida pelos Estados Unidos, não podia contar com uma garantia absoluta de que não seria respondida militarmente.

Considerações finais

Como mostramos ao longo do artigo, o ano de 1941, imediato pós-cardenismo, marcou uma transformação decisiva na política externa mexicana, representada pelo distanciamento da perspectiva latino-americanista, que vinha sendo empunhada desde o período revolucionário, e a adoção oficial do pan-americanismo. Conforme enfatizamos, essa mudança foi desenvolvida sob um argumento de tipo ideológico, subentendido na noção de que a Revolução havia terminado e que era preciso "redimir" os seus erros. Tendo em vista a rapidez com que o novo direcionamento da política exterior foi oficializado – quase que imediatamente após a posse do novo presidente que sucedia Lázaro Cárdenas –, é possível concluir que a política externa levada a cabo até então foi considerada como um desses "erros."

Nossa análise dos discursos e publicações oficiais vinculados à SRE no período abordado mostra que o grande ato da política externa do México revolucionário – que os "herdeiros" da Revolução identificaram como "erro" e se apressaram em corrigir – pode ser assim sintetizado: durante mais de duas décadas o país hispânico da América do Norte foi capaz de desafiar as limitações geográfico-econômicas de ser vizinho de uma grande potência; olhou para a América Latina, identificou-se como latino-americano e procurou fazer realizável esse ideal de solidariedade continental. Este parece-nos um dos maiores legados (embora atualmente bastante esquecido) da Revolução Mexicana.

Dessa forma, pensamos que recuperar o caminho tomado pela política externa do México revolucionário, especialmente sua faceta latino-americanista, apresenta-se como um ato de "escavação" nas areias do tempo, algo como "desenterrar um tesouro" – no sentido atribuído por Quentin Skinner àqueles discursos (tomados em

acepção ampla, incluindo ações concretas) que são trazidos à tona pelo trabalho historiográfico e que parecem não possuir um sentido explicativo imediato para com o presente –. De fato, no cenário atual, quando se completam três décadas da adoção do *Tratado de Libre Comercio* (TLC) pelos países da América do Norte – o que, no caso mexicano, pode ser entendido historicamente como a culminação e aprofundamento da opção pan-americanista iniciada em 1941 –, o latino-americanismo empunhado pelo México revolucionário no início do século XX parece algo muito distante e estranho.

Mas, como nos ensina o historiador britânico, é justamente na sua "estranheza" para com o que se verifica na atualidade que esses discursos guardam seu "poder", ao nos fazerem "refletir sobre possibilidades alternativas." (SKINNER, 2002, p. 220.). Isso contribui para alargar os horizontes e evitar que uma determinada configuração histórica seja percebida e aceita como a única possível.

Referências

ACHUGAR, Hugo. La hora americana o el discurso americanista de entreguerras. In: PIZARRO, Ana. *América Latina:* palavra, literatura e cultura. Campinas: UNICAMP, 1993, vol. 3, p. 635-66.

AGUILAR CAMÍN, Héctor; MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução Mexicana:* História Mexicana Contemporânea, 1910-1989. São Paulo: EDUSP, 2000.

ARDAO, Arturo. Panamericanismo y latinoamericanismo. In: ZEA, Leopoldo (coord.) *América Latina en sus ideas*. México, Siglo XXI/UNESCO, 1986, p. 157-71.

ARGÜELLES ARREDONDO, Carlos Gabriel. La política exterior de México hacia América Latina en el período 2006-2012. Anais VII Congreso del IRI/ / Congreso del COFEI / II Congreso de la FLAEI. Universidad Nacional de La Plata, 2014. Disponível em <https://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/44532 > (acesso em2308/2024.).

AZUELA, Alicia; PALACIOS, Guillermo. Introducción: Transculturalidad e imaginarios en el México revolucionario. In: AZUELA, Alicia; PALACIOS, Guillermo (coords.). *La mirada mirada: transculturalidad e imaginarios del México revolucionario (1910-1945)*. México: COLMEX; UNAM, 2009, p. 9-32.

CALLES, Plutarco Elías. Discurso pronunciado no Teatro Iris em 26/10/1924. Apêndice de CÓRDOVA, Arnaldo. *La ideología de la Revolución Mexicana*. 26ª reimp. México: Era, 2011, p. 398.

_____. Último informe de governo (1928). Apêndice de CÓRDOVA, Arnaldo. *La ideología de la Revolución Mexicana*. 26ª reimp. México: Era, 2011, p. 400.

CARRANZA, Venustiano. Discurso pronunciado em San Luis Potosí em 26/11/1915. Apêndice de CÓRDOVA, Arnaldo. *La ideología de la Revolución Mexicana*. 26ª reimp. México: Era, 2011, p. 495-498.

_____. Discurso pronunciado em Matamoros em 29/11/1915. Apêndice de CÓRDOVA, Arnaldo. *La ideología de la Revolución Mexicana*. 26ª reimp. México: Era, 2011, p. 495-498.

_____. Informe rendido al H[onorable] Congresso de la Unión por el presidente constitucional de la República C. [*sic*] Venustiano Carranza, al renovarse el periodo ordinario de sesiones el 1er de septiembre de 1918 y respuesta del C. [*sic*] presidente de la Cámara de Diputados. México: Imprenta de la Secretaria de Gobernación, 1918. Disponível em: <https://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/6Revolucion/1918-VC-C.html > (Acesso em 20/08/2024.).

_____. Mensagem ao Congresso Nacional Mexicano e Declaração telegráfica ao World de Nova York, via Associated Press, 1919, reproduzido por Isidro Fabela em *La política interior y exterior de Carrnaza*. In: FABELA, Isidro. *Biblioteca Isidro Fabela. Obra histórica*. Vol. III. Toluca-México: Instituto Mexiquense de Cultura, 1994, p. 661.

CÓRDOVA, Arnaldo. *La ideología de la Revolución Mexicana*. 26ª reimp. México: Era, 2011.

_____. *La Revolución y el Estado en México*. México: Era, 1989.

CRESPO, Regina Aída. *Messianismos culturais:* Monteiro Lobato, José Vasconcelos e seus projetos para a nação. São Paulo: Departamento de História, FFLCH-USP, 1997 (Tese de Doutorado)

DIAS, Natally Vieira. *A Revolução Mexicana nos debates político-intelectuais brasileiros*: projeções, leituras e apropriações (1910-1941). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015. Tese de Doutorado, 302p.

_____. *Monterrey. Correo literario de Alfonso Reyes*: a publicação do escritor-embaixador e suas convergências e dissonâncias em relação às diretrizes oficiais da secretaria de relações exteriores do México (1930-1937). *Antíteses* (UEL), v. 11, n. 21, jan./jun. 2018, p. 217-243.

_____. O México revolucionário e o latino-americanismo no Brasil nos anos 20. *Esboços*: histórias em contextos globais (UFSC), v. 26, n. 41, 2019, p. 126-148.

DÍAZ ARCINIEGA, Víctor. El organiza, n. dor de la esperanza. Prólogo à obra REYES, , p. Alfonso. *Misión diplomática* (compilação e prólogo de Victor Díaz Arciniega). (Tomo I). México: FCE, 2001, p. 9-99.

DULCI, Tereza Maria Spyer. *As Conferências Pan-Americanas (1889-1928):* identidades, união aduaneira e arbitragem. São Paulo: Alameda, 2013.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá*: teoria das relações internacionais. Brasília: UNB, 2000.

ESTRADA, Genaro. Doctrina Estrada (anunciada en 27/09/1930). In: MÉXICO. *Memoria de la Secretaría de Relaciones Exteriores*. (Tomo I). México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 1931.

FABELA, Isidro. *La política interior y exterior de Carrnaza*. In: *Biblioteca Isidro Fabela. Obra histórica*. Vol. III. Toluca-México: Instituto Mexiquense de Cultura, 1994, p. 659-695.

FALCÓN, Romana. Estudio preliminar à obra: FABELA, Isidro. *Biblioteca Isidro Fabela. Obra histórica*. Vol. III. Toluca-México: Instituto Mexiquense de Cultura, 1994, p. VII-XXXV.

FELL, Claude. *José Vasconcelos:* los años del águila (1920-1925). 1ª reimp. México: UNAM, 2009.

FUNES, Patricia. *Salvar la nación:* intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos. Buenos Aires: Prometeo, 2006.

_____. El movimiento de la Reforma Universitaria. Trayectorias y trascendencias. *História* (São Paulo, USP), v. 40, 2021, p. 1-20. Disponível em: <https://www.academia.edu/94274225/_El_movimiento_de_la_Reforma_Universitaria_Trayectorias_y_trascendencias> (Acesso em 20/08/2024.).
GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Guadalupe. México en América Latina: entre el norte y el sur o el difícil juego del equilibrista. In: LAGOS, Ricardo (comp.). América Latina: ¿integración o fragmentación? Buenos Aires: Edhasa, 2008, p. 115-44.
_____ . México ante América Latina: mirando de reojo a Estados Unidos. *Documentos de Trabajo del Centro de Investigación y Docencias Económicas*, nº 132, noviembre de 2005. Disponível em: <http://www.mexicoyelmundo.cide.edu/2010/dtrabajo/mexicoanteamericalatina.pdf> (Acesso em 23/08/2024.).
GRANADOS, Aimer. *Monterrey. Correo Literario de Alfonso Reyes*. Campo literario y red intelectual en América Latina. In: GRANADOS, Aimer. (coord.). *Las revistas en la historia intelectual de América Latina: redes, política, sociedad y cultura*. México: Universidad Autónoma Metropolitana – Unidad Cuajimalpa/ Juan Pablos Editor, 2012a, p. 85-100.
_____ . Alfonso Reyes en Sur América: diplomacia y campo intelectual en América Latina, 1927-1939. *Historia y Espacio*. Revista del Departamento de Historia de la Universidad del Valle, Cali, Colômbia, nº 38, 2012b, p. 6-22.
HERRERA LEÓN, Fabián. *La política mexicana en la Sociedad de Naciones ante la Guerra del Chaco y el conflito de Letícia, 1932-1935*. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 2009.
INGENIEROS, José. *Por la Unión Latino Americana*. Buenos Aires: L. J. Rosso y Cia. Impresores, 1922. Disponível em: <https://archive.org/stream/porlauninlatin00inge#page/n3/mode/2up> (Acesso em 23/08/2024.).
MARTÍ, José. *Nossa América* [1891]. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
MATUTE, Álvaro. *El Ateneo de México*. México: FCE, 1999; MYERS, Jorge. Gênese "ateneísta" da história cultural latino-americana. (Tradução de Paulo Neves). *Tempo Social,* vol.17, n.1, 2005, p. 23-54. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n1/v17n1a01.pdf> (Acesso em 14/09/2024.).
MAVERICK, Maury. Discurso na Câmara dos Deputados do México em 1941. Reproduzido em MÉXICO. *La Doctrina Continental en el Senado de México:* Departamento de Información para el Extranjero, Secretaría de Relaciones Exteriores, 1941, p. 127-8
MELGAR BAO, Ricardo. *Redes e imaginario del exilio en México y América Latina:* 1934-1940. Buenos Aires: Libros en red, 2003 [edição eletrônica].
MÉXICO. *México, sus recursos naturales, su situación actual:* Homenaje al Brasil en ocasión del Primer Centenario de su Independencia, 1822-1922. México: Edición de la Secretaría de Industria, Comercio y Trabajo, 1922a.
_____. *La educación pública en México:* Informe General de la Secretaría de Educación Pública, Exposición Internacional del Brasil, Septiembre de 1922. Propósitos y tendencias de la SEP. Talleres Gráficos de la Nación Dependientes de la Secretaría de Educación Pública. México, 1922b.
_____. *Un continente, un hombre, un pueblo*. Cámara de Diputados al H[onorable] Congreso de la Unión. México: s/ed., 1941a.
_____. *La Doctrina Continental en el Senado de México*. México: Departamento de Información para el Extranjero, Secretaría de Relaciones Exteriores, 1941b.

MEYER, Lorenzo. *Nuestra tragedia persistente. La democracia autoritaria en México*. México: Debate, 2013.
_____. México y la soberanía relativa. El vaivén de los alcances y los límites. In: VEGA CÁNOVAS, Gustavo (corrd.). *Alcances y límites de la política exterior de México ante el nuevo escenario internacional. Ensayos en honor de Mario Ojeda*. México: COLMEX, 2009, p. 69-96.
OJEDA GÓMEZ, Mario. *Alcances y límites de la política exterior de México*. México: COLMEX, 1976.
PORTANTIERO, Juan Carlos. *Estudiantes y política en América Latina. El proceso de la reforma universitaria (1918-1938)*. México: Siglo XXI, 1978.
RAMOS CARDOSO, Alejandro. México ante el renovado espíritu integracionista en América Latina y el Caribe. *Revista Mexicana de Política Exterior*, nº 97, 2013, p. 133-65.
REIS, Lívia. *Monterrey* no Rio de Janeiro: Alfonso Reyes e o Brasil. In: HELENA, Lúcia (org.). *Literatura, intelectuais e crise da cultura*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2007.
REYES, Alfonso. Carta a Genaro Estrada, 10/04/1930. In: ZAÏTZEFF, Serge I. (compilación y notas). *Con leal franqueza:* correspondencia entre Alfonso Reyes y Genaro Estrada. Tomo III. México: El Colegio Nacional, 1993, p. 32.
_____. *El servicio diplomático mexicano* [1933]. In: REYES, Alfonso. *Misión diplomática* (compilação e prólogo de Victor Díaz Arciniega). Tomo I. México: FCE, 2001, p. 124-165.
_____. *Monterrey. Correo literario de Alfonso Reyes.* Edição fac-similar. Monterrey: Fondo Editorial Nuevo León, 2008 (1930-1936).
RIBEIRO, Edgard Telles. *Diplomacia cultural:* seu papel na política exterior brasileira. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.
SCHIAVON, Jorge A. La relación especial México-Estados Unidos: cambios y continuidades en la Guerra y Pos-Guerra Fría. *Documentos de Trabajo del Centro de Investigación y Docencias Económicas*, nº 137, noviembre de 2006 Disponível em: <https://repositorio-digital.cide.edu/handle/11651/1065> (acesso em 23/08/2024.).
SDN – Sociedade das Nações. Pacto da Sociedade ou Liga das Nações, 1919. Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/his1919.htm> (Acesso em 20/08/2024.).
SKINNER, Quentin. *Lenguaje, política e historia*. Buenos Aires: Quilmes, 2002.
TENORIO TRILLO, Mauricio. *Artilugio de la nación moderna:* México en las exposiciones universales, 1880-1930. México: FCE, 1998.
VASCONCELOS, José. *Orientaciones del pensamiento en Méjico:* conferencia dada en el salón de actos de la Universidad. Córdoba: Ed. gráf. A. Biffignandi, 1922.
YANKELEVICH, Pablo. *Miradas australes. Propaganda, cabildeo y proyección de la Revolución Mexicana en el Río de la Plata, 1910-1930*. México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana, Secretaría de Relaciones Exteriores, 1997.
_____ . En la retaguardia de la Revolución Mexicana: Propaganda y propagandistas mexicanos en América Latina, 1914-1920. *Boletín Americanista*, Univerdidade de Barcelona, n. 49, 1999, Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2937041> (Acesso em 16/09/2024.).

Recebido em Outubro de 2024
Aprovado em Março de 2025